

SERÁ QUE EXISTEM CAMPONESES NO BRASIL?

Eric Sabourin, CIRAD, UR Arena, UnB-CDS

Grupo de Pesquisa: Agricultura familiar e ruralidade

Resumo:

Esse trabalho trata das características camponesas de uma parte importante da agricultura familiar brasileira e da sua invisibilidade perante as estatísticas ou as políticas públicas. A primeira parte analisa a história, as origens camponesas da agricultura familiar no Brasil. A segunda parte trata da tentativa política de minorar, de esconder ou até de tornar invisível essa agricultura familiar e camponesa brasileira.

Palavras-chaves: Agricultura familiar, Brasil, camponeses, campesinato, políticas públicas.

Abstract:

This paper talks about the peasant characteristics of an important part of Brazilian family agriculture and their invisibility in terms of statistics or public policies. The first part analyses the history, the peasant's origins of family agriculture in Brazil. The second part deals with the political tentative to minor, to hide or until to turn invisible this family and peasant agriculture in Brazil.

Key Words: Brazil, family agriculture, peasants, peasantry, public policies,

INTRODUÇÃO

Quando cheguei ao Brasil após uma experiência de dez anos junto a comunidades indígenas e camponesas dos Andes (Bolívia, Peru) e da África negra (Guiné Bissau, Níger, Angola), fui aconselhado a esquecer tudo da noção de comunidades camponesas.

Por isso, tardei a mobilizar as categorias sociais e antropológicas que havia utilizado antes; além do mais, a temática do *campesinato* tinha sido aparentemente, resolvida pela universidade brasileira durante os anos 1980. Aliás, minhas leituras tinham me convencido de que iria me deparar com trabalhadores rurais assalariados (ou sem-terra) ou com pequenos proprietários mestiços completamente integrados ao mercado capitalista e à sociedade global.

Pois não era nada disso. As comunidades rurais, incluindo-se aquelas de que pude acompanhar a constituição, conservavam características camponesas fortes, no sentido dado por Wolf e Mendras. Assim, examinei a hipótese da manutenção de lógicas camponesas, que acabou sendo validada em vários casos, sobretudo no Nordeste.

Todavia, o caráter camponês destas comunidades rurais é apenas parcial, sendo por sua vez sujeito a evoluções. Por outra parte, se no Brasil a utilização do modelo camponês (Mendras, 2000) pode funcionar relativamente, é precisamente, porque integra características como "uma articulação parcial com mercados incompletos" (Ellis, 1988), a importância da economia doméstica (Polanyi, 1957, 1975), o interconhecimento, ou ainda, a dependência do poder local.

Esse trabalho trata das características camponesas de uma parte importante da agricultura familiar brasileira e da sua invisibilidade perante as estatísticas ou as políticas públicas. A primeira parte analisa a história, as origens da agricultura familiar camponesa. A segunda parte trata da tentativa política de minorar, de esconder ou até de tornar invisível essa agricultura familiar e camponesa brasileira.

1. AS EVOLUÇÕES DE UMA AGRICULTURA CAMPONESA

Origens da agricultura camponesa e familiar

Por muito tempo, esta pergunta dividiu os universitários brasileiros. Caio Prado Jr (1960) afirma, partindo da análise ortodoxa marxista, que não há (nem houve) camponeses no Brasil, baseando-se numa visão européia segundo a qual só existiria sistema camponês a partir da transformação do sistema feudal da serventia. No Brasil, para Prado Jr (1942), se teria passado diretamente da escravidão para o assalariamento dos trabalhadores rurais. No que tange os pequenos produtores autônomos que sempre existiram e que ele agrupa sob o termo "pequena lavoura", estes estariam historicamente integrados ao sistema capitalista, sob uma forma dependente. Na verdade, brincando com as palavras, ele reconhece a existência de um *campesinato* não assalariado, mais ou menos dependente do mercado e dos grandes proprietários.

Cardoso (1979) analisa mais especificamente o caso da agricultura colonial escravista e vislumbra uma "brecha camponesa" na evolução da escravidão no Brasil, que ele compara com diversas situações no Caribe.

Martins (1981) amplia esta análise para a evolução das formas dependentes de agricultura camponesa, em particular os diversos tipos de arrendamento. Ele define a existência de uma classe camponesa que corresponde aos agricultores excluídos do pacto político; em outros termos, os sem-vozes, os invisíveis. Segundo Martins (1981), o termo "camponês" é recente no Brasil (anos 50). Sua origem é política, sendo associada às reivindicações da esquerda latino-americana em torno dos "campesinos".

Assim, o termo *campesinato* utilizado no Brasil corresponde a uma categoria política e não à categoria científica do modelo camponês que teorizaram Wolf e Mendras.

Na verdade, o termo camponês foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964 que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas Camponesas.

Para Nazaré Wanderley (1996:07), a parte representada pelo *campesinato* continua importante no Brasil, sobretudo no Nordeste, inclusive no âmbito da modernização de uma agricultura de tipo familiar. *Este campesinato corresponde a uma das formas particulares*

da agricultura familiar, constituída a partir de modalidades específicas de produzir e viver em sociedade.

Esta hipótese se confirma no Nordeste, bem como na Amazônia ou Centro-Oeste, com a permanência de comunidades camponesas que mantêm ainda a maioria das cinco características das sociedades camponesas identificadas por Mendras (1976:11-20): uma relativa autonomia em relação à sociedade global; a importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico; um sistema econômico diversificado, parte autônomo e parte integrado a mercados diversificados; relações de interconhecimento e a função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global (Wanderley, 1996: 03).

Retomando as observações de Chayanov (1990), Mendras (1976:11-20) escreveu:

A unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, ao mesmo tempo produtores e consumidores e o fato de que a terra, do ponto de vista da economia do grupo, é um meio de subsistência e não um capital a rentabilizar, faz com que não seja possível analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial

E continua:

O camponês trabalha a terra para se alimentar: qualquer teoria da economia camponesa nada mais é que o comentário desta fórmula lapidária (...) mas o camponês produz para um mercado globalizante (...). Todavia, esta exigência é somente acessória para compreender a lógica que preside ao cálculo econômico do camponês. Quando falamos de camponês, é preciso compreender família camponesa (...). Cada produto tem seu destino particular e nenhum pode substituir o outro: o capim alimenta os animais, o trigo, os homens (...)"; Mendras (1976: 11-23)

Mais recentemente, Carvalho (2005) reivindica o desenvolvimento de um projeto camponês no Brasil para o século XXI. Ele retoma uma série de críticas feitas àquilo que chama de paradigma do fim do *campesinato* ou de metamorfose do *campesinato* em agricultura familiar. Propõe um projeto camponês renovado em torno da autonomia do acesso à terra, aos mercados e à gestão do trabalho familiar, segundo princípios de qualidade de vida.

Por outra parte, Carvalho se situa na linhagem política do movimento internacional Via Campesina (de que fazem parte, entre outros, a *Confédération Paysanne* na França; o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, no Brasil). Todavia, a tentativa feita por Carvalho de dar uma base científica a um projeto deste tipo, ao mobilizar diversas contribuições acadêmicas, se depara com dois problemas.

Por uma parte, os modelos científicos da economia camponesa (Chayanov, 1990), da sociedade Camponesa (Mendras, 1976, 2000) e da agricultura camponesa (Ellis, 1988) foram construídos no contexto da Europa, ou seja, desde o nascimento até a expansão do capitalismo. Ainda que se possa aplicar aos camponeses do Brasil diversas características deste modelo camponês de sociedade parcial, subalterna e inserida no capitalismo agrário,

os tempos atuais, de urbanização e globalização, impõem tanto a busca por soluções pós-formalistas, pós-capitalistas, quanto soluções pós-substantivistas, para retomar a terminologia alternativa de Polanyi em relação à economia formal.

Claro, da mesma forma que nos países europeus, despontou no Brasil uma tímida reabilitação dos saberes e práticas dos camponeses, estas últimas décadas. Todavia, como analisam Aubertin e Pinton (2006), trata-se, sobretudo, de um processo de reabilitação da reforma agrária e de institucionalização das populações tradicionais amazônicas ou quilombolas, descendentes de escravos negros.

Por outra parte, no caso dos movimentos membros da Via Campesina, o emprego do termo *campesinato* como categoria política é totalmente legítimo. Mas, paradoxalmente, no Brasil, estas organizações (o MST em particular) não fundamentam necessariamente suas propostas de projeto produtivo alternativo na intensificação do trabalho e na autonomia dos complexos agro industriais. Os temas-chave não são claramente debatidos: a autonomia das unidades familiares, sua necessidade de recorrer à ajuda mútua ou ainda sua imprescindível articulação com mercados diversificados.

É também em torno destas questões que serão buscadas as explicações ou até mesmo as alternativas, partindo da análise da origem da agricultura camponesa e familiar no Brasil.

Todavia, assumindo estes limites, não se pode negar que a maioria das unidades de produção que constitui o vasto setor da agricultura familiar, reveste características camponesas, em função não somente de sua origem como, sobretudo, de sua diferenciação, ou até mesmo de sua oposição com os modelos do empreendimento agrícola ou da empresa capitalista. (Wanderley, 1996).

Especificamente, Ploeg (2006, 2008) qualifica a agricultura camponesa moderna pela articulação estreita entre a produção e as relações sociais mais globais que definem a posição do *campesinato* na sociedade; algo a que chama de "condição camponesa" definida por seis características (Ploeg, 2008: 24-48): uma relação de co-produção com a natureza; a construção e autogestão de uma base autônoma de recursos próprios (terra, fertilidade, trabalho, capital); uma relação diferenciada com mercados diversificados autorizando certa autonomia; um projeto de sobrevivência e de resistência ligado a reprodução da unidade familiar; a pluriatividade; a cooperação e as relações de reciprocidade.

Portanto, é a expressão diversificada da natureza heterogênea dessa condição camponesa que conduz a diferentes tipos de modos de produção camponês, construídos em torno de características comuns: uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados a intensificação do trabalho e a valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras do mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista.

Ele define seis características dos modos de produção camponesa moderna:

- a autonomia relativa ligada a uma dependência parcial, por um lado, de mercados diversificados e por outro, de recursos naturais escassos; esta situação de tensão obriga o camponês a buscar uma eficiência técnica, enquanto deve preservar a qualidade de recursos naturais limitados;

- a prioridade dada aos recursos em trabalho (familiar) sobre os recursos em capital e, assim, à intensificação do trabalho;
- a unidade orgânica entre os recursos sociais e materiais: a produção e seu uso são governados por regras oriundas do patrimônio cultural e por relações primordiais de gênero, parentesco e reciprocidade;
- o caráter central do trabalho familiar e interfamiliar (comunitário), tanto em termos de investimentos quanto de inovações adaptadas às realidades sociais;
- a relação de autonomia parcial perante mercados e, em particular, o mercado capitalista:

"Cada ciclo de produção é construído a partir dos recursos produzidos e reproduzidos nos ciclos anteriores. Assim, entram no processo de produção, como valores de uso, como instrumentos e objetos de trabalho utilizados para produzir mercadorias e ao mesmo tempo, para reproduzir a unidade de produção" (Ploeg, 2006: 25).

- finalmente, a criação de valor agregado e de empregos produtivos que diferenciem a unidade de produção camponesa da empresa agrícola capitalista:

"O contínuo aumento do valor agregado por unidade produtiva está associado, no modo de produção camponês, a um simultâneo crescimento em dois níveis interconectados: o da comunidade camponesa e o dos atores individuais engajados no processo da produção".

Na comunidade rural ou camponesa e no âmbito de repertórios culturais específicos, o progresso não se define pela apropriação individual de bens ou posses adjacentes e sim pela "satisfação das necessidades do grupo humano e da coletividade". Tal dinâmica, que Ploeg associa à noção de economia moral de Scott (1976, 1986), corresponde também à definição substantiva da economia de Polanyi (1957) *"como processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza e que permite um abastecimento regular em meios materiais para a satisfação das necessidades"*. É mesmo esta dinâmica de satisfação das necessidades elementares do grupo, resultando das relações de reciprocidade, que constitui, ao invés da relação de troca mercantil, outro motor da produção (de sua distribuição) e, portanto, do desenvolvimento econômico ou, como conclui Ploeg (2006: 27), *da generalização do valor agregado*.

A formação da agricultura camponesa no Nordeste

A colonização do Nordeste propiciou uma agricultura organizada em torno de grandes áreas provenientes da atribuição de enormes extensões de terras pela coroa portuguesa, as *sesmarias*. Criada em 1375, a Lei das sesmarias buscava favorecer a ocupação produtiva da terra em tempo de crise do abastecimento alimentar em Portugal.

As terras da margem litorânea úmida foram destinadas a grandes plantações de cana-de-açúcar, tendo por base o escravismo da mão-de-obra de origem africana, após o extermínio da população indígena local. As terras do interior semi-árido, o Sertão, foram colonizadas pela pecuária extensiva.

Assim, a agricultura camponesa do Nordeste do Brasil tem três origens sociais e técnicas: a agricultura indígena, os trabalhadores da agricultura colonial e os trabalhadores ou pequenos colonos livres.

A agricultura indígena se desenvolveu no litoral ou nos vales, ao longo dos rios perenes ou intermitentes. Ela associava as culturas da vazante às margens dos grandes rios, tais como o São Francisco, com a agricultura itinerante de roça e queima; práticas que ainda podemos encontrar quer seja para a cultura da mandioca e do milho (*toco*) ou do feijão (*semeio*)¹. A agricultura indígena transmitiu as práticas de consórcio de culturas entre tubérculos (mandioca), cereais (milho) e leguminosas (feijão, favas, etc.).

A agricultura colonial das grandes áreas de produção de cana-de-açúcar, e em seguida de cacau, café ou gado, sempre contou com o apoio dos meeiros, moradores ou trabalhadores sujeitados que garantiam as culturas alimentares; as produções de renda eram essencialmente reservadas ao trabalho dos escravos (Garcia Jr, 1990). Alguns antigos escravos, que conseguiram fugir ou ganhar sua liberdade, se instalaram para cultivar a terra em regiões marginais e isoladas, muitas vezes em comunidades chamadas quilombos.

A colonização do Sertão, interior da região semi-árida do Nordeste, se desenvolveu a partir do século XVIII, em torno das sesmarias. No *Sertão* central, em torno de 1650, a maior parte das terras já pertencia a duas famílias, Guedes de Brito e Dias d'Ávila. Segundo Andrade (1986), esta última possuía, em 1710, *mais de 340 léguas de terras sobre as margens do São Francisco e seus afluentes*.

No século XVIII, a atividade mineira de Minas Gerais provocou um deslocamento do centro de decisão política para o Sudeste (Rio de Janeiro) e da pecuária para as terras gerais da região das minas, criando um mercado de consumo de produtos agrícolas (animais e alimentos). Isto provocou a primeira crise das grandes fazendas de pecuária do Sertão do Nordeste, cuja falência ou divisão propiciou, por vezes, a instalação dos vaqueiros.

Assim, desenvolveu-se um *campesinato* durante a colônia portuguesa, nos espaços deixados livres pelos sistemas de produção dominantes. Este se desenvolveu de forma marginal, mesmo quando assegurava funções importantes: produção de alimentos, por vezes de gado ou cana-de-açúcar e fornecimento de mão-de-obra para as grandes fazendas.

Os produtores livres: Os escravos libertados dos quilombos, os meeiros e os vaqueiros que ocuparam terras isoladas ou disponíveis nos interstícios das grandes fazendas constituem a outra origem da agricultura camponesa. Os escravos africanos trouxeram consigo algumas espécies cultivadas (abóboras, melancias, feijões do gênero *vigna*: feijão de corda e feijão guandu). Os produtores livres, colonos ou mestiços se instalaram essencialmente nas áreas do Agreste ou do Sertão para produzir culturas alimentares ou criar animais destinados a abastecer as grandes fazendas. No Nordeste, eles se inseriram também posteriormente, em ciclos sucessivos de culturas de exportação (tabaco, café, algodão, mamona, sisal, etc.).

¹ Técnica de plantio direto, principalmente do feijão, com derruba (com ou sem queimada) que está na origem do plantio sobre cobertura vegetal reinventado no século XX por camponeses do Sul do Brasil.

Em 1823, as sesmarias foram abolidas, originando um amplo movimento de ocupação mais ou menos legal e, em geral, violenta, das terras “devolutas” pela Coroa portuguesa, levando as oligarquias locais a concorrer entre si e com os camponeses.

Após o fim das *sesmarias*, diversas outras reformas jurídicas do Brasil independente provocaram o desenvolvimento da agricultura camponesa durante o século XIX, contribuindo para a fragmentação das grandes fazendas.

Em 1835, a supressão do morgado propiciaria então a divisão das propriedades entre herdeiros, quando transmitidas de uma geração à outra, acelerando o processo de minifúndio.

A proibição de comercialização de escravos, em 1850, coincide com a promulgação da Lei da Terra. Esta foi votada sob a pressão dos grandes proprietários, que pretendiam limitar a ocupação das terras devolutas pelos trabalhadores rurais, o que privaria os fazendeiros de mão-de-obra.

Esta lei instaurou uma legitimação pelo Estado das ocupações anteriores (antigas terras de sesmaria). No Nordeste, a Lei passou a ser controlada pelas oligarquias locais e seus “coronéis” que tinham se tornado os intermediários da administração do Império. Esta lei inaugurou o mercado fundiário no Brasil; a partir de 1850, torna-se impossível obter terras a não ser por meio de compra. Apesar de tudo, esta Lei da Terra resultou na instalação de numerosas famílias. De fato, além da regularização da situação dos ocupantes, ela permitiu aos vaqueiros de grandes fazendeiros em déficit de capitais de comprar a terra e se instalar com seus rebanhos (Prado Junior, 1960; Andrade, 1986). Foi a primeira oportunidade desperdiçada de fazer uma verdadeira reforma fundiária no Brasil.

A escravatura foi finalmente abolida (1888), mas nem por isso os sistemas agrários foram modificados; os trabalhadores sem-terra ou meeiros sem direitos, chamados de moradores substituíram os escravos (quadro 1).

Quadro 1: **Os moradores**

A morada constitui uma relação entre o proprietário da terra e o camponês ou trabalhador rural, existente em todo o Brasil. Em 1888, com o fim da escravidão, ela se tornou a principal forma de relação entre fazendeiros ou patrões de plantações de cana-de-açúcar (senhor-de-engenho) e a mão-de-obra (Sidersky, 2006). Os moradores eram trabalhadores que viviam, de forma permanente, em pequenas moradias fornecidas pelo patrão. Aqueles que dividiam sua colheita com o proprietário eram meeiros. E aqueles que trocavam o trabalho (mesmo irregular) que prestavam para o patrão por algum tipo de favor (como morar na propriedade), direito (como ter prioridade para trabalhar como diarista em relação a trabalhadores externos) ou algum tipo de remuneração (em natureza ou espécies) que, todavia, nunca correspondia às normas do assalariamento oficial, eram diaristas. Não se tratava mais de escravidão (o trabalhador pode ir embora livremente), mas tampouco se tratava de troca capitalista, intermediada por uma relação de assalariamento. Aqui, nos deparamos com uma relação de reciprocidade desigual, assimétrica. O patrão protegia, hospedava e garantia a sobrevivência da família do trabalhador que, em troca, lhe prestava tributo, trabalho, produtos de suas parcelas e obediência.

Garcia Jr (1990) acrescenta que *“ser ou tornar-se morador significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente (...). Ao pedir morada, quem o fazia já demonstrava não ter melhor opção de lugar para ir; não dispor de meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao senhor que os forneça e até mesmo os organizasse para ele”* (Garcia Jr., 1990, p.38).

De fato, se este estatuto passou a representar, ao longo dos anos, a última das escolhas para um camponês (melhor dizendo, uma falta de escolhas), não resta dúvida de que para Garcia não foi sempre assim. Na época em que não existia mercado da terra e nas décadas seguintes, não se tratava da única forma de acesso à produção dos jovens e sem-terra; inclusive para, em seguida, poder ter acesso a outro estatuto, até mesmo o de proprietário. Ainda que o estatuto de morador tenha sempre sido caracterizado por uma forma de reciprocidade desigual, ele era muito procurado; originava, muitas vezes, relações bem mais humanas do que as formas posteriores de assalariamento – ou pior, de falta de assalariamento – até a progressiva lumpemproletarização das áreas de cana-de-açúcar e a sua conseqüente exclusão social.

Uma economia camponesa nasceu e se desenvolveu por meio das pequenas unidades de produção, cada vez mais numerosas. Na região do semi-árido, foi dada preferência aos caprinos, mais adaptados à seca e as necessidades de consumo das famílias camponesas, ao invés dos bovinos. A incerteza climática tornava aleatória qualquer atividade agrícola, praticada na maioria dos casos para atender às necessidades de consumo. As culturas ocupavam pequenas áreas cercadas. Algumas produções eram vendidas (queijo, sementes de mamona, pequenos ruminantes) para comprar produtos de primeira necessidade (pimenta-do-reino, sal, tecidos, café). A partir do século XIX, a cultura do algodão se estendeu rapidamente e foi seguida das culturas da mamona e do sisal. Em regiões mais úmidas, mais próximas do litoral ou de maior altitude, as culturas alimentares se alternam com a do tabaco, seguida pelas do café, pimenta-do-reino, batata e erva doce.

A modernização da agricultura camponesa

Após a segunda guerra mundial, a agricultura camponesa passou por uma nova crise. A elevação dos preços agrícolas provocou novos conflitos de acesso a terra, em um contexto de violência e repressão. Durante os anos 1950, as Ligas Camponesas e os primeiros sindicatos fizeram sua aparição, reivindicando os direitos básicos dos trabalhadores e a reforma agrária. Foi também uma fase de integração maior dos sistemas camponeses à economia de troca mercantil.

Foi a época do milagre econômico brasileiro. O Estado federal lançou uma política de modernização que resultou na implantação de infra-estruturas, principalmente rodoviárias e hídricas. As bacias de abastecimento das agroindústrias se ampliaram e integraram novas regiões. Os fundos atribuídos pelas instituições públicas ao longo dos anos 1970 e 1980, no âmbito de projetos de luta contra a seca, proporcionaram as primeiras oportunidades de crédito para os agricultores familiares². Estes créditos permitiram financiar infra-estruturas e equipamentos, acarretando um crescimento exponencial das áreas cercadas.

Uma reserva de mão-de-obra barata se constituiu no Sertão. No século XX, com a integração regional, o Nordeste se tornou a região "repulsiva" do Brasil, região de emigração para o Sul e para a Amazônia (Garcia Jr., 1990).

² Foi também durante este período que tiveram maior importância as rendas provenientes da migração temporária no Sul do Brasil.

Mas, como bem enfatiza Martine (1992), o Sertão exerceu também o papel de pulmão demográfico do Brasil, graças a sua capacidade de absorver ou reter importantes contingentes de população. Cuert Muller (1994) mostra que a população empregada no setor agrícola entre 1970 e 1985 passou de 3 para 4,2 milhões de pessoas e que esta mão-de-obra constituía um reservatório, utilizado de maneira ocasional.

As transferências financeiras do Estado federal para o Nordeste foram constantes durante os dois últimos séculos, sem nunca conseguir compensar as enormes transferências de capital, em seguida de recursos humanos e de força de trabalho, operadas no Nordeste em favor do Sudeste. Os intelectuais que dirigiam a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, criada em 1959, tal como o economista Celso Furtado, buscaram promover a industrialização, mediante uma política de incentivo fiscal, e modernizar o setor agrícola, facilitando a transformação dos latifúndios e pequenas unidades de produção camponesas em empreendimentos rurais. A necessidade da redistribuição fundiária foi considerada, mas o tema se tornaria rapidamente tabu, após o golpe militar de 1964.

O modelo de desenvolvimento concebido consistia em um compromisso associando a modernização ao emprego rural mediante o apoio à agricultura patronal e a organização cooperativa das comunidades rurais de pequenos produtores. A implantação de infra-estruturas marcou as primeiras etapas desta política e mobilizou o essencial dos meios financeiros. Durante os anos 1960, a quilometragem das ferrovias foi multiplicada por três e a das rodovias asfaltadas por dez (Théry, 1995). Foi o período do milagre econômico brasileiro, quando os recursos financeiros eram fartos.

Em seguida, veio a fase dos grandes projetos públicos e do crédito subvencionado: Pólo Nordeste, Sertanejo, Chapéu de Couro, São Vicente e, alguns anos mais tarde, o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP). Na origem, tais projetos visavam tanto fortalecer a emergência de pólos de desenvolvimento, em particular graças à implantação de perímetros públicos de irrigação, quanto a solucionar problemas ligados à pobreza. No Sertão, tratou-se, sobretudo de co-financiar infra-estruturas comunitárias (escolas, lojas, pontos de água, postos de saúde), construídas essencialmente a partir da mobilização gratuita da mão-de-obra local (Amman, 1985).

Foi a época dos projetos de desenvolvimento ditos "comunitários", que tinham por base a organização das famílias camponesas em comunidades ou associações.

A comunidade camponesa e as organizações camponesas são dois temas tratados em seguida neste primeiro capítulo.

Os fatos que recordamos aqui confirmam a existência de camponeses no Brasil, não somente em termos de categoria política, mas também de categoria social e sociológica.

A existência de uma classe ou de uma agricultura camponesa foi contestada por parte da intelligentsia brasileira de esquerda até os anos 1990. Hoje, esta posição ainda é defendida por alguns economistas rurais (Rangel, 2000; Silva, 1980; Stedile, 2002) que insistem na tese de Kautsky e Lenine de dissolução do *campesinato* no capitalismo, quer seja na forma de assalariados proletarizados, quer seja na forma de pequenos produtores capitalistas.

Para eles, o argumento não consiste mais em saber se existiu ou não camponeses no Brasil e sim de considerar que se trata de um modo de produção historicamente ultrapassado, fadado ao desaparecimento, como o mostra o exemplo norte-americano. Esta tese,

defendida por algumas correntes do Partido dos Trabalhadores, explica em parte a posição ambígua do governo Lula da Silva em termos de política agrícola e desenvolvimento rural.

A idéia geral é que com a generalização do capitalismo agrário no Brasil e a globalização dos mercados, a pequena produção agrícola não é mais competitiva e, portanto, está condenada. Portanto, a reforma agrária e o apoio à agricultura familiar só podem se justificar como políticas sociais compensatórias ou como medidas complementares do reconhecimento da pluriatividade (associação entre assalariamento e produção familiar). Este argumento explica o desenvolvimento de medidas sociais em meio rural durante o governo Lula (Projeto Fome Zero, cartão alimentação e programa bolsa-família). O principal perigo desta visão consiste em se unir às teses mais liberais em matéria de desenvolvimento rural e defender políticas sociais de luta contra a pobreza rural que se limitem essencialmente a tentar corrigir a exclusão produzida pelas falhas dos mercados e dos instrumentos de política agrícola neoliberal.

1.2. OS CAMPONESES INVISÍVEIS PERANTE AS POLÍTICAS

Para especificar o âmbito geral da agricultura brasileira na qual se situa o conteúdo deste livro, é útil indicar, por um lado, de que camponeses estamos falando e, por outro, como são considerados pela sociedade brasileira, pelas forças políticas e pelos instrumentos de políticas públicas.

A importância oculta da agricultura familiar e camponesa

Desde 1995, o Brasil institucionalizou uma abordagem dualista de seu setor agrícola, separando o apoio à agricultura familiar – por meio da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – do apoio à agricultura patronal, tratado através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA).

Esta medida só fez cristalizar a representação, já bastante presente no âmbito do Ministério da Agricultura, de uma agricultura dualística: uma agricultura capitalista empreendedora, exportadora em face de uma pequena produção camponesa de subsistência, atrasada.

Desde então, esta visão foi fortalecida por uma oposição cada vez mais radical, institucionalizada no âmbito do Estado e mantida pela mídia, entre uma agricultura capitalista competitiva proporcionando divisas (qualificada de agronegócio por referência ao *agri-business* americano) e uma agricultura familiar improdutiva associada à reforma agrária e a compensações sociais custosas para o contribuinte.

Todavia, as estatísticas oficiais (IBGE, 1996), embora parciais e defasadas, desmentem radicalmente esta imagem da realidade agrícola do Brasil, falsa do ponto de vista econômico e politicamente construída. Estas estatísticas são parciais por que tendem a reduzir a importância da contribuição da produção familiar, por não levar em conta o autoconsumo, o intraconsumo, a distribuição não-mercantil ou não-monetária e as pequenas estruturas de minifúndio.

Tab 1: Número de unidades de produção agrícolas, áreas e valor bruto da produção - Brasil

Categorias	Unidades de produção		Área Total		Valor Bruto de Produção	
	Quantidade	%	Hectares	%	1000 Reais	%
TOTAL	4.859.864	100,0	353.611.242	100,0	47.796.469	100,0
Unidades de Produção Familiares	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9
Unidades de Produção Patronais	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0
Instituições religiosas	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2
Instituições públicas	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0
Não identificado	132	0,0	8.280	0,0	960	0,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Convênio INCRA/FAO (2002)

4.150.000 de um total de 4.900.000 unidades de produção (tabela 1: IBGE, 1996 – FAO INCRA, 2000), ou seja, 85% correspondem ao setor familiar e camponês, enquanto 550.000 (12%) correspondem ao setor patronal. Em contrapartida, a agricultura familiar responde por 38% da produção agrícola nacional, ocupa 75% da população agrícola ativa (tabelas 2 e 3), apesar de se beneficiar apenas com 30% da área agrícola e com somente 25% dos financiamentos públicos destinados ao setor.

A agricultura familiar e camponesa está presente em todas as grandes produções que estas se destinem ao mercado interno ou à exportação. Ela contribui com dois terços da cadeia de produção de tubérculos, um terço da produção de soja, 20% da carne bovina. Frutas, tabaco, café, laranjas, cacau e pimenta-do-reino também são produtos da agricultura familiar e camponesa. Na verdade, a presença das unidades de produção dominadas pelo trabalho assalariado predomina somente no caso da cana-de-açúcar, da pecuária bovina, do arroz e da soja.

Tab 2: Importância da agricultura familiar/total de unidades de produção por região

Região	nº estabel.	% nº estabel. total da região	% Área útil Agrícola total da região	% Valor Bruto da Produção da região	% Financiamento total da região
Nordeste	2 055.157	88	43	43	27
Centro-oeste	162 062	67	13	16	13
Norte	380 895	85	37	58	39
Sudeste	633 620	75	30	24	13
Sul	907 635	90	48	57	43
Brasil	4 139 369	85,2	30,5	38	25,3

Fonte : FAO-INCRA, 2000

O Nordeste, região "problema" da modernização brasileira (Théry, 1995), reúne praticamente a metade das unidades de produção familiares e camponesas e consegue produzir 43% do PIB agrícola da região; isto, mobilizando apenas 43% da área e 27% dos financiamentos públicos. Assim, a produtividade por hectare é superior à média nacional, mas, sobretudo, à das grandes unidades de produção da região (pecuária extensiva ou cana-de-açúcar).

Tab. 3: População agrícola ativa das unidades de produção familiar conforme tipo de mão-de-obra (MO)

Categorias	Número de ativos (x 1000)						
	Total	MO fam. >14 anos	MO fam. <14 anos	Agregados Familiares	Assalariados Permanentes	Assalariados Temporários	Outros
Total familiar	13.780,2	10.194,20	1.976,87	308	986,67	122,44	191,9
MO familiar unicamente	9.628,5	8.011,98	1.616,5	0	0	0	0
MO familiar e temporária	1.156,95	440,45	71,13	0	645,35	0	0
MO familiar e permanente	101,1	28,64	3,7	21,8	46,89	0	0
MO familiar e Máquinas	813,16	593,5	88,4	27,5	83,45	8,19	12
MO familiar e demais combinações	2.080,46	1.119,5	197	258,74	210,9	114,25	179,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE. Convênio INCRA/FAO (2002)

O setor agrícola brasileiro responde por 33% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos. O PIB agrícola brasileiro foi de 180,2 bilhões de dólares americanos em 2004 e 165,5 bilhões em 2005. Entre 1998 e 2003, a taxa de crescimento do PIB agrícola foi de 4,67% ao ano. Em 2005, as exportações agrícolas trouxeram 36 bilhões de dólares americanos, com um excedente orçamentário primário de 25,8 bilhões de dólares americanos.

Em contrapartida, as estatísticas oficiais mostram que o setor familiar e camponês garante cerca de 40% da renda bruta agrícola do país, apesar de ser o mais desprovido em terras, recursos naturais e apoios públicos: apenas um quarto de financiamentos e menos de um terço das terras para três quartos da população ativa e 90% das unidades de produção.

Embora a agricultura familiar mobilize pouca mecanização, devido a uma estrutura fundiária reduzida ou fragmentada, ela utiliza adubos e pesticidas, o que lhe permite obter rendimentos equivalentes aos da agricultura patronal. À visão limitada de uma agricultura familiar descrita como um setor pouco produtivo, especializado no abastecimento do mercado interno, é preciso opor o fato de que ela produz muito mais do que a agricultura patronal por hectare possuído, enquanto mantém ocupado um contingente sete vezes maior, de mão-de-obra.

Se desconsiderarmos as muito pequenas unidades de produção (minifúndio) nessa análise da agricultura familiar, unidades que escondem, na verdade, o assalariamento (pluriatividade) e o desemprego rural, os números ficam ainda mais nítidos: as unidades de produção de 20 a 100 hectares produzem tanto quanto a agricultura patronal, com menos da metade de terra. Por fim, é preciso observar que esta situação dualista de grandes unidades de produção mecanizadas que empregam assalariados perante uma agricultura familiar majoritária em que domina a tração animal ou o trabalho manual, se fortaleceu durante meio-século de políticas de modernização desigual (Silva, 1982).

Dependência camponesa: da política às políticas públicas

Historicamente, os camponeses do Brasil, principalmente em áreas tradicionais de agricultura camponesa (Nordeste e Sul), surgem mesmo como uma classe subalterna dependente da elite local ou regional: oligarquia da terra no Nordeste, políticos e comerciantes no Sul. Assim, a partir do advento da República, seguido do sufrágio universal e até faz pouco tempo, os camponeses representaram uma reserva de votos para os políticos locais.

A partir dos anos 50, após a introdução de algumas idéias progressistas, inclusive no meio rural, por intermédio da educação (alfabetização), do comércio ou da política (democracia relativa do período Vargas e pós-Vargas), os camponeses dependentes, assalariados ou meeiros explorados começaram a tentar se mobilizar, para fazer valer seus direitos.

A maioria das tentativas foi esmagada, com exceção daqueles casos em que as reivindicações locais foram revezadas por algum apoio externo. Em geral, isto se deu por meio da Igreja católica ou do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que exerceram um papel-chave na constituição do primeiro sindicato camponês no Sul, a União Nacional dos Cultivadores e Trabalhadores da Agricultura do Brasil (UTLAB) e das ligas agrárias do Nordeste.

Rapidamente, a Igreja católica e o PCB clandestino se tornaram novas tutelas que influenciaram a criação, o desenvolvimento e, sobretudo, o pensamento dos movimentos camponeses, inclusive daquele que é hoje o mais ativo, o MST.

Quer seja por concorrência entre si ou por aliança, o PCB e a Igreja católica disputaram a condução da UTLAB bem como a das ligas agrárias.

Aliás, encontramos, nestes movimentos ou seus herdeiros, algumas das características destas tutelas: centralismo, burocratização ou até mesmo leninismo do lado do PCB e fé, misticismo e messianismo do lado da Igreja católica.

Todavia, em particular durante a ditadura militar (1964-1988), estas alianças foram importantes para manter um mínimo de estruturas e valores humanos no âmbito do movimento camponês, clandestino ou não.

A principal resposta dos governos militares à crise camponesa não foi a reforma agrária e sim a colonização, em particular da Amazônia. Oficialmente, tratava-se de defender o território nacional ocupando as fronteiras, em nome da ordem e do progresso. Oficiosamente, convinha reduzir as revoltas e a emigração urbana. Nos dois casos, na época, o objetivo de aumento da produção agrícola continuava secundário.

Assim, até 1970, o Brasil vivenciou uma desconcentração fundiária bem relativa; o número de unidades de produção aumentou mais rápido do que o da apropriação de novas áreas, contribuindo para o desenvolvimento do minifúndio no Nordeste.

Após 1970, assistimos a um fenômeno de reconcentração fundiária na fronteira agrícola por meio da redução conjunta das estruturas de minifúndio e latifúndio no Nordeste, bem como a redução por divisão dos grandes latifúndios. É também uma das consequências da modernização conservadora e desigual de todo o setor agrícola por ser desprovido de políticas ou instrumentos diferenciados.

A partir de 1985, a continuação acelerada da reconcentração fundiária se associou ao êxodo rural generalizado com baixa absoluta da população agrícola, em um contexto de redução da área agrícola útil nacional. De fato, o crescimento agrícola não dependia mais da fronteira. A fronteira não resolveu o "problema agrário"; somente 8% do êxodo correspondem à ocupação da fronteira, pois a grande maioria era destinada às cidades (figura 2).

Fruto da modernização conservadora, a crise agrária estava no apogeu, mas a reação camponesa foi difícil e lenta, excetuando-se o caso da aparição do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), nas condições específicas do Sul do país (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Todavia, criados na dependência e na mediação, os movimentos camponeses brasileiros têm de re-conquistar sua autonomia a cada momento. Muitas vezes, isto se deu através das práticas ou das regras construídas e compartilhadas durante estas lutas, que deram origem a mecanismos de aprendizado coletivo ou social. São estas lutas, isoladas, resgatadas ou ampliadas, que conduziram com que se mude a atitude do Estado no que diz respeito às políticas públicas agrícolas e à reforma agrária.

Avanços e ambigüidades de uma política diferenciada

Em meados dos anos 1990, sob o efeito das reivindicações camponesas e das lutas para a implantação da reforma agrária, a atitude do Estado brasileiro mudou com relação à agricultura familiar.

A primeira resposta foi a repressão, seguida da colonização das fronteiras. Após isto, foi a pseudo-participação dos sindicatos na administração dos projetos, como no caso das comunidades de base e do projeto PAPP- Banco Mundial no Nordeste. Por fim, em 1995, atendendo as reivindicações e pressões da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura e da Central Única dos Trabalhadores, foi implantada uma política específica para a agricultura familiar.

Beneficiando-se com uma redução dos preços fundiários no final dos anos 90, o governo Cardoso distribuiu terras a cerca de 400.000 famílias; estas instalações continuaram, em ritmo menor, durante o governo Lula da Silva. Os programas de crédito especificamente destinados à agricultura familiar (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF e o Fundo Nacional Constitucional) alcançaram um público cada vez mais amplo. Assim, desde a posse do governo Lula, as tensões opõem dois modelos de desenvolvimento rural: um que tem por base o apoio à agricultura familiar e camponesa, o desenvolvimento do mercado interno e a luta contra a fome; e outro cuja única prioridade é o desenvolvimento das exportações agrícolas a partir do setor capitalista e da grande propriedade.

De fato, se levamos em conta a grande diversidade de situações que a agricultura familiar do Brasil abrange, parece lógico raciocinar em termos de políticas diferenciadas. As unidades familiares mais competitivas podem ser beneficiadas por políticas de crédito, apoio técnico e pesquisa, da mesma forma que as unidades de produção patronais. As unidades familiares mais frágeis no plano econômico podem ser consolidadas mediante auxílios condicionados, mas capazes de fortalecer suas competências e de favorecer sua inserção social. Cada categoria pode se beneficiar com uma política de valorização dos produtos por meio de sinais de qualidade: certificação específica, negociada no plano local e territorial e conversão para uma agricultura orgânica ou agro-ecológica mais sustentável. Hoje, no Brasil, as fórmulas de governança destas políticas estão em debate. A estrutura sindical herdada dos anos 30, não permite mais do que uma representação parcial da agricultura familiar. Existe, na escala municipal, estadual e federal, o sindicato de trabalhadores rurais (STR) que mistura camponeses autônomos e assalariados agrícolas e o sindicato patronal (Sindicato Rural). A lógica essencialmente reivindicativa dos sindicatos e a tradição tecnocrática do Estado brasileiro deixam pouco espaço para propostas de gestão paritária das políticas.

Uma primeira experiência de descentralização da decisão sobre as infra-estruturas coletivas destinadas à agricultura familiar (Schneider *et al.*, 2003) passou pela implantação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Na realidade, dado seu estatuto consultivo e a grande liberdade dos prefeitos para escolher sua composição, seu papel sempre foi ambíguo, ou até mesmo pseudo-participativo. No melhor dos casos, o CMDR teria que gerenciar os créditos agrícolas e de infra-estruturas, bem como a privatização parcial da assistência técnica. Todavia, embora tenham sido enviesadas ou frustradas, estas iniciativas caminham em direção a uma inscrição territorial destas ferramentas e a elaboração de instrumentos de políticas públicas específicas à agricultura familiar. Neste sentido, constituem ganhos, por vezes irreversíveis, devido às dinâmicas de aprendizagem que produziram. Proporcionam também novas bases de negociação de instrumentos co-construídos entre os grupos e organizações de agricultores, a sociedade civil e os poderes públicos.

Assim, os agricultores familiares do Brasil e suas organizações alcançaram um ponto-chave, o da formulação de escolhas possíveis entre diferentes modelos de agricultura familiar ou camponesa, de menor ou maior integração no mercado capitalista e de maior ou menor autonomia. Portanto, além da articulação entre diferentes modos de produção, trata-se de pensar a articulação entre lógicas e práticas de trocas e lógicas e práticas de reciprocidade.

CONCLUSÃO

Além do debate acadêmico sobre a existência da agricultura camponesa no Brasil, importa considerar a pluralidade de formas da agricultura familiar. Algumas destas formas diversificadas de agricultura familiar apresentam ainda critérios do modelo da comunidade camponesa de Mendras (1976, 2000). Outras correspondem mais às características de condição camponesa do terceiro milênio descrita por Ploeg (2006, 2008). O mais importante como lembra Ploeg (2008: 21) na sua crítica dos “*peasants studies*”, é que não dá para separar uma agricultura camponesa de subsistência atrasada e uma agricultura empresarial capitalista que seria “desenvolvida” quando os dois sistemas evoluem mediante uma articulação dinâmica.

A história agrária do Brasil apresenta uma herança camponesa diversa: a dos pequenos agricultores livres do Nordeste da época colonial, que ocupam os interstícios entre as grandes fazendas, o caso dos vaqueiros que compraram algumas léguas após a Lei da Terra, no Nordeste e Centro-Oeste; a de escravos africanos foragidos ou libertados; no Sul e Sudeste do país, a dos colonos camponeses europeus do século XIX e XX, oriundos da Alemanha, da Itália, da Polônia, da Holanda e, por fim, a dos colonos japoneses produtores de hortaliças e frutas.

No âmbito da vasta categoria da agricultura familiar, os estudos de casos abordados confirmam a existência de uma agricultura com características camponesas, marcada principalmente pela autonomia perante o mercado de troca capitalista e pela permanência de estruturas de reciprocidade, entre outros elementos essenciais. A autonomia do sistema de troca livre resulta em uma produção diversificada associando inserção diferenciada em mercados locais e regionais, autoconsumo e práticas de redistribuição local e interfamiliar. As estruturas de reciprocidade binárias e simétricas estão presentes na produção (ajuda mútua e manejo compartilhado de recursos comuns), na comercialização (mercado de reciprocidade e qualificação dos produtos) e na transmissão do patrimônio de uma geração à outra. Mas encontramos também a permanência de relações de reciprocidade assimétricas: o acesso à terra e ao trabalho (morador, meeiro, agregado) e a dependência dos políticos e da oligarquia local associada ao clientelismo (estrutura de redistribuição assimétrica).

A reivindicação, formulada pelos movimentos rurais mais ativos e organizados (MST, MPA, MPAB, etc.), de um qualificativo de camponês que se oponha ao modelo de inserção competitiva da agricultura familiar no mercado de troca capitalista não é inocente (Aubertin e Pinton, 2006). Bastante legítima, esta reivindicação visa o desenvolvimento de um projeto camponês moderno para o século XXI, construído em torno de três características chave. São elas as noções de:

- *autonomia*, ligada à segurança alimentar, autoconsumo, dispositivos próprios de aprendizagem e de produção de inovação;
- de *cooperação* (cooperativas de crédito, fundos de crédito mutualizado, empreendimentos e projetos de economia solidária) e;
- de *qualidade de vida* (produção mais sadia e ecológica, proteção dos recursos naturais renováveis, qualidade dos produtos, acesso à saúde e à educação pública).

A tentativa de diferenciação com o desenvolvimento fundado na troca capitalista é clara: estas três noções se opõem respectivamente às de *dependência*, *concorrência* e *exploração* (do trabalho e do meio ambiente). Envolvem práticas e relações de reciprocidade: ajuda mútua, compartilhamento, redistribuição; mas se fundamentam também em valores éticos de responsabilidade, dignidade e prestígio.

Em contrapartida, e além dos impactos e vieses das retóricas pseudo-marxistas ou ecologistas, a principal fraqueza deste "novo projeto camponês" se deve à incapacidade de fixar a articulação com o mercado e a distribuição dos recursos dentro de um contexto de solidariedade humana que rompa, com o modelo capitalista do mercado de troca. Hoje, não é possível reduzir a autonomia econômica à autarquia e ao autoconsumo (Aspe e Auclair, 2006). Todavia, faz falta uma leitura das relações de reciprocidade e, em segundo plano, uma capacidade de análise crítica das formas de alienação próprias dos sistemas de reciprocidade (desigualdade da redistribuição, assimetria e dominação, fixação dos estatutos, retrações do círculo de compartilhamento, etc.).

Se aqueles que promovem um projeto camponês renovado para o século XXI não conseguirem afirmar ou reivindicar estes elementos, os camponeses estarão condenados à invisibilidade ou à luta por projetos irrealistas.

Na falta destas chaves de leitura e de análise, ainda persiste uma confusão acerca das prioridades e dos valores humanos a serem promovidos; e assim, a construção de projetos alternativos e sustentáveis não é possível, como o mostram os impasses da ecologia política na Europa e os da alternativa socialista (Partido dos Trabalhadores) ou sócio-democrata (governo Lula) no Brasil.

Bibliografia

- Amman, S.B. 1985, Ideologia do Desenvolvimento de comunidades no Brasil, São Paulo, Brésil, Cortez, 176p
- Andrade, M.C. de. 1986 A terra e o homem do Nordeste, São Paulo: Atlas, 238p.
- Aspe C.; Auclair L. 2006 Le paysan: ressource symbolique recyclée, in Le retour des paysans ? à l'heure du développement durable, Auclair L. C. Aspe et P. Baudot (dir), Aix en Provence, IRD-EDISUD, pp 351-356
- Aubertin, C ; Pinton, F. 2006, Les paysans : figure emblématique du développement durable ? in Le retour des paysans ? à l'heure du développement durable, Auclair L. C. Aspe et P. Baudot (dir), Aix en Provence, IRD-EDISUD, pp 15-29
- Cardoso, C.F.S, 1979, Agricultura, escravidão e capitalismo, Petrópolis, Vozes, 240p. capítulo IV « A brecha camponesa no sistema escravista », pp 133-154
- Caron, P., Sabourin, E (Coord) 2001 Paysans du Sertão. Mutations des agricultures familiales dans le Nordeste du Brésil. Cirad, Embrapa, Montpellier, coll. Repères, 243p
- Carvalho H M de, 2005, O campesinato no século XXI. Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil, São Paulo, Editora Vozes, 405p.
- Chayanov A. 1990, L'organisation de l'économie paysanne Librairie du Regard, Paris, 344p
- Cuert Muller C. 1994. Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Projeto Aridas, Secretária de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Brasília, 154 p.
- Cunha P. R. da (Org.) 2004. O camponês e a historia. A construção da Utlab e a fundação da Contag nas memórias de Lyndolfo Silva. Instituto Astrojildo Pereira, São Paulo, seri "Memoria & historia", 295p.
- Ellis F. 1988, *Peasant Economics. Farm households and agrarian development*, Cambridge, The Cambridge University Press, 309p.
- FAO/INCRA, 2000, *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, DF: Brasília, DF: Projeto UTF/BRA 036,
- Garcia Junior, A. 1990, O Sul. caminho do roçado. Brasília, Marco zero, Unb, CNPq, MCT, 285p.
- IBGE 1996 Censo Agropecuário, 1995, IBGE, Rio de Janeiro
- Martins. J.de S., 1981 Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 186p.
- Martins, J de S. 2003 (a) O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 240p.
- Martine G., 1992. Social development and liberalism : Relevant issues for the Brazilian semi-arid region. In : Impacts of climatic variations and sustainable development in semi-arid regions, ICID, Janv. 1992, Fortaleza, Brésil, 10 p.
- Mendras, H. 1979, La fin des paysans. Marseille, Actes Sud.
- Mendras, H. 1976. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin, 281p
- Mendras H. 2000 L'invention de la paysannerie in *Revue Française de Sociologie*, 41-3, 539-552.

- Ploeg J.D. Van der 2008, *The New peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of Empire and Globalization*. London, Sterling, Earthscan, 356p.
- Ploeg J.D. Van der 2006. O modo de produção camponês revisitado in *A diversidade a Agricultura Familiar*, S. Schneider (org.) Porto Alegre, Editora UFRGS, pp 13-54.
- Polanyi K, Arensberg C, 1975, *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie*, Paris, Librairie Larousse. Ed. originale : 1957: *Trade and Market in the Early empires*. *Economics in History and Theory*.
- Polanyi K., 1944. *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, [1944] 1983, 420 p.
- Prado Junior C., 1942, *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 390p. capítulos « Grande Lavoura e Agricultura de Subsistência » pp 130-167.
- Prado Junior C., 1960 *A questão agrária no Brasil*, Capítulo 1 : contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. Pub. original, *Revista Brasiliense*, nº 28
- Rangel, I. 2000. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Schneider S.; Silva, M K; Moruzzi M P E. 2003 *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 252p.
- Schneider S.; 2006. Mudanças no emprego e nas formas de ocupação no meio rural brasileiro: análise comparativa da dinâmica ocupacional da agricultura familiar nas regiões Sul e Nordeste do Brasil in Iº Encontro da Rede Rural, Niterói, UFF
- Scott, J. C. 1976 *The Moral Economy of the Peasant. Rebellion and subsistence in southeast Asia*. New Haven. Yale University.
- Scott, James C. 1986 "Everyday forms of Peasant Resistance", *Journal of Peasant Studies*, Vol.13, no.2,
- Silva J G da. 1980 (org). "Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira". São Paulo: Hucitec
- Silva J. F. G. (Org.) ; Verena, S. (Org.) 1981. *A questão agrária: Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov e Stalin*. São Paulo/SP: Brasiliense, 185p
- Silva J. F. G. 1982. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editora, 192
- Silva J G da. 2002. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: Stédile, J. P.(org). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, pp.137-143.
- Stédile, J. P.(org). 2002. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 225p
- Théry H., 1995 *Pouvoir et territoire au Brésil. De l'archipel au continent*. Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, Paris, 232 p.
- Wanderley M N de B. 1996, *Raízes históricas do campesinato brasileiro* In: *XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, GT 17 Processos sociais agrários, Caxambu-MG, 17p.
- Wanderley M. N B. 2003. *Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga : in Travessias. A vivência da reforma agrária nos assentamentos*, Martins J de S (coord.), Porto Alegre, Ufrgs, Nead. pp 203-245.
- Wolf E. 1966 *Peasants*, Prentice hall, Englewood Cliffs. *Sociedades camponesas* Zahar editores, Rio de Janeiro (1970)